

7

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS DE TECNOLOGIAS AGRÁRIAS DE UMBELÚZI. A HISTÓRIA DE UM 'PRESENTE' CHINÊS A MOÇAMBIQUE

Jimena Durán e Sérgio Chichava

Esta história começa no segundo encontro do Fórum de Cooperação África-China (FOCAC) – considerada a maior cimeira sino-africana de sempre – realizado em Pequim, a 4 de Novembro de 2006, quando o Presidente chinês, Hu Jintao, apresentou oito medidas destinadas a reforçar a parceria entre a China e a África. Na agricultura, uma das promessas principais é a criação de 10 centros de demonstração de técnicas agrícolas em África. Um ano mais tarde, falava-se da construção de 14 centros agrícolas (Braütigam & Xiaoyang 2009).

Os compromissos da China na área da agricultura em África assumem muitas formas, através de um vasto leque de instrumentos de cooperação económica e de ajuda ao desenvolvimento. Segundo Braütigam (2009), os projectos chineses de ajuda ao desenvolvimento agrícola em África parecem desenvolver uma lógica mais orientada para os negócios, em que tem de haver algum lucro económico que garanta a sustentabilidade dos projectos. Os centros de demonstração agrícola devem ser entendidos neste contexto e são exemplos de uma fusão de ajuda ao desenvolvimento com negócio. Estes centros foram propostos no âmbito do plano de investimento em África da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China, em que a tecnologia agrária e a produção de sementes foram concebidas como dois sectores importantes que poderiam ser úteis e lucrativos (Braütigam & Xiaoyang 2009). Assim, as principais funções dos centros são a investigação e transferência de tecnologia, a extensão rural, e a formação técnica.

Os primeiros países a beneficiar destes centros são Moçambique, Zâmbia, Zimbabué, Uganda e Camarões. Segundo Braütigam (2009), após a cimeira do FOCAC em 2006, os ministérios chineses de Agricultura e de Comércio enviaram para a África cinco equipas de especialistas com o objectivo de estudar, com as autoridades locais, as condições de implementação dos centros. Foi decidido que a sua construção, bem como a sua gestão durante os três primeiros anos seriam apoiadas com subvenções do Governo chinês. Além disso, a gestão dos centros ficaria a cargo de empresas ou institutos de pesquisa chineses, designados pelo Governo deste país.

A tabela que se segue dá conta do estado de avanço dos centros de demonstração em África e da instituição encarregada da gestão de cada centro.

Tabela 1. Centros chineses de demonstração tecnológica em África

País	Estado de avanço	Instituições gestoras
Benim	Contrato assinado em Março de 2008	China National Agricultural Development Group
Camarões	Contrato assinado em Novembro de 2008	Shaanxi Land-Reclamation Agriculture & Industry and Commerce Cooperation
Congo	Contrato assinado em Março de 2008	Chinese Academy of Tropical Agricultural Sciences
Etiópia	Contrato assinado em Abril de 2008	Guangxi Bagui Agricultural Science and Technology Co., Ltd.
Libéria	Contrato assinado em Março de 2008	Yuan Longping High-tech Agriculture Co., Ltd. in Hunan Province
Moçambique	Contrato assinado em Novembro de 2008 e inaugurado em 2011	Lianfeng Agricultural Development Corporation in Hubei Province
Ruanda	Construção iniciada a 4 de Abril de 2009	Fujian Agriculture and Forestry University
África do Sul	Contrato assinado em 2008	China National Agricultural Development Group
Sudão	Visita de campo de uma empresa chinesa em Outubro 2007	China Shandong Foreign Construction Engineering Co., Ltd.
Tanzânia	Visita de campo de especialistas chineses em 2007	Chongqing Seed Group
Togo	Construção iniciada a 22 de Outubro de 2008	Huachang International Economic and Technical Corporation in Jiangxi Province
Uganda	Contrato assinado em Junho de 2008	Sichuan Huaqiao Fenghuang Group Co., Ltd.
Zâmbia	Visita de especialistas chineses em Dezembro de 2008	Jilin Grain Group
Zimbabué	Contrato assinado em 2008	MAE Northern Co., Ltd.
Madagáscar	Demonstração	Hunan Academy of Agricultural Sciences

Fontes: African Agriculture Technology Foundation (2009), Li Jiali (s/d.)

Embora os centros tenham sido oferecidos num quadro multilateral, a negociação de cada centro foi bilateral.

O presente artigo tem como centro de análise o Centro de Investigação e Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi (CITAU) em Moçambique. Através de uma análise qualitativa, o principal objectivo do artigo é entender

como um projecto chinês de ajuda ao desenvolvimento ganha forma no terreno.¹ Através de discursos e testemunhos dos diversos actores envolvidos, tentar-se-á compreender os mecanismos subjacentes à organização e funcionamento do centro. Espera-se, deste modo, contribuir para um entendimento mais claro e objectivo das relações sino-africanas.

Numa primeira etapa, explica-se os contornos do estabelecimento do CITAU em Moçambique, isto é, o processo de negociação, a localização e a construção do centro. Na segunda etapa, discute-se a sua organização e funcionamento, nomeadamente questões relacionadas com a gestão, transferência de tecnologia e relação com os produtores agrícolas locais. Por fim, analisa-se alguns aspectos observados durante o trabalho de campo, que prejudicam a cooperação entre os actores chineses e moçambicanos.

Da promessa à realidade

Quando Hu Jintao visitou Moçambique em Fevereiro de 2007, foi anunciado que este país seria o primeiro em África a receber um dos centros agro-tecnológicos. O estudo de viabilidade, feito por uma missão de especialistas chineses, com o apoio técnico e logístico do Ministério de Agricultura (MINAG) e do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) de Moçambique, decorreu entre 30 de Maio e 6 de Junho de 2007 (MCT 2007). Durante esta missão chinesa a Moçambique, foram negociadas e definidas várias questões relativas ao centro, nomeadamente a sua localização, tecnologias e temas, e as responsabilidades de cada parte.

Para a localização do centro, Moçambique propôs dois locais possíveis: o distrito de Moamba (a nordeste da capital, Maputo) e o distrito de Boane (sudoeste de Maputo). Por várias razões de ordem prática que facilitavam o investimento e a organização do projecto, foi escolhido o distrito de Boane. A principal razão da escolha deve-se à existência de uma instituição de pesquisa agrícola que reunia condições desejadas para a implementação deste projecto em Moçambique. Trata-se da Estação Agrária de Umbelúzi (EAU), pertencente ao Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) (MTC 2007). Criada em 1909, a EAU ocupa uma área de cerca de 700 ha (Boletim do IIAM 2009). Uma contrapartida importante foi a reabilitação do sistema de regadio por parte dos chineses. Como afirmou um engenheiro do MCT que trabalha na coordenação do CITAU sobre as vantagens do EAU: '*A localização do centro é vantajosa, devido à proximidade de Maputo (capital) e ao facto de estar ali disponível a Estação Agrária de Umbelúzi. Paralelamente a isso, o rio Umbelúzi tem água corrente durante todo o ano. O sistema de irrigação que existe na zona já desde os tempos coloniais foi reabilitado pelos chineses para que haja água no Centro*'.²

Para além das condições infraestruturais favoráveis à implementação do Centro, e da proximidade de Maputo, o distrito de Boane situa-se na vizinhança da cidade da Matola, que alberga o maior parque industrial de Moçambique, E, entre vários outros projectos, a Mozal, o mais importante projecto de produção de alumínio em Moçambique e um dos principais produtos de exportação. Boane é, assim, um distrito em franco desenvolvimento devido à expansão de cidade de Maputo. Com uma superfície de 815 km², este distrito tem cerca de 81.000 habitantes, a maior parte dos quais (67%) dedicam-se à agricultura, base da economia do distrito. Os principais produtos agrícolas neste distrito são legumes, milho, feijão e mandioca (MAE 2005).

Foi acordado que a Estação Agrária de Umbelúzi doaria 52 ha para o estabelecimento do Centro. Na realidade, uma das responsabilidades moçambicanas é ceder gratuitamente o uso da terra onde o projecto é executado e permitir a importação isenta de impostos, de materiais e equipamentos chineses (MCT 2007). Ainda nos termos deste acordo, cabia à parte chinesa a concepção e construção do Centro, incluindo, como referido acima, as estruturas de irrigação, bem como o fornecimento de maquinaria e equipamento, e o envio dos especialistas chineses que coordenariam o projecto (Ibid.).

Analizada em retrospectiva, a evolução do processo foi bastante rápida: 'Em 2008, o projecto foi aprovado; em 2009 iniciou-se a construção; e em 2011 terminou a construção da infra-estrutura do Centro'.³ A maior parte da mão-de-obra envolvida no processo de construção do Centro era moçambicana, como afirma o técnico da Estação Agrária de Umbelúzi: *'Havia alguns chineses a dirigir o processo de construção e contrataram mão-de-obra local. Infelizmente, não me lembro exactamente de quantos chineses e moçambicanos participaram no processo de construção, mas a maioria dos trabalhadores era moçambicana'*.

Do ponto de vista infraestrutural, o CITAU é composto por dois edifícios. No primeiro edifício, à esquerda, há uma sala de reuniões, seis escritórios da administração, uma biblioteca, duas salas de aula e dois laboratórios (um laboratório de sementes e um laboratório de solos). No segundo edifício, à direita, estão as residências para investigadores e trabalhadores chineses (12 quartos), uma cozinha e uma sala de jantar comum (MTC 2012).

Especialistas de Moçambique e da China decidiram dar prioridade às culturas de milho, arroz, mandioca e legumes no interior do complexo. As culturas que são testadas são as culturas populares da região. Isso explica-se pelo facto de a cooperação se basear numa negociação das prioridades de cada país, e de os projectos terem de se adaptar às exigências e às condições de cada país africano. O Protocolo de Cooperação entre Moçambique e a China para a criação do CITAU é elucidativo, ao referir o programa de desenvolvimento do Governo 2005-2009

como quadro de referência da cooperação bilateral (MINAG 2008). Para além da agricultura, prevê-se a transferência de tecnologia que permita o incremento da produção animal.

O CITAU é visto pelas autoridades moçambicanas como um passo em frente na luta contra a insegurança alimentar, conforme se pode notar no discurso de Armando Guebuza aquando da sua segunda visita a esta instituição, em Agosto de 2011. ‘*O objectivo não é somente aumentar a produção, porque pode ser aumentada de várias formas. Nem sempre se aumenta a produção através do aumento da área de produção. Temos que ter em mente a outra componente do aumento da produção através do aumento da produtividade em áreas pequenas*’.

Com efeito, segundo a Agência de Informação de Moçambique (AIM), citando uma fonte chinesa, uma das apostas deste país é transferir tecnologia capaz de aumentar a produção moçambicana de arroz, actualmente estimada em 2 ou 3 toneladas por hectare, para 9 ou 10 toneladas por hectare (AIM 2011).

Estimado em 40 milhões de yuanes (CNY) – cerca de seis milhões de dólares – o CITAU foi oficialmente inaugurado a 8 de Julho de 2011, na presença do Presidente Armando Guebuza, do embaixador da China em Moçambique e dos Ministros da Agricultura e da Ciência e Tecnologia.⁴

O funcionamento do CITAU

A gestão do Centro está a cargo de instituições designadas por ambas as partes. Do lado chinês, foi escolhida a Hubei Lianfeng Mozambique Co., Lda. (Moçambique Lianfeng Desenvolvimento de Agricultura Co.). Esta empresa já estava presente em Moçambique, com um projecto de produção de arroz híbrido numa área de 300 ha no distrito de Xai-Xai, na província de Gaza (norte de Maputo), resultante de um acordo de gemelagem assinado em 2008 entre as províncias de Gaza e Hubei.

Durante os primeiros três anos, a gestão e o financiamento do Centro estarão a cargo do Governo chinês, como explica um engenheiro do MCT: ‘*Durante três anos, o funcionamento do Centro é assegurado pela doação de 1.200.000 CNY anuais (194.394 dólares americanos) pelo Governo chinês. Em todos os países, os centros de demonstração funcionam da mesma maneira: há uma empresa chinesa designada pelo Governo chinês que dirige o projecto. A única exceção é a África do Sul; conseguiram negociar com os chineses, de modo a poderem gerir o centro eles próprios*’.⁵

Após este período inicial, o CITAU será gerido conjuntamente por uma empresa chinesa a indicar pelo Governo chinês e por uma instituição moçambicana também indicada pelo Governo moçambicano. Entretanto, importa sublinhar que,

findo o período da gestão exclusiva chinesa, o CITAU deverá procurar meios de ser auto-sustentável, ou seja, deverá orientar-se para o mercado. No entanto, parece existir alguma possibilidade de negociar apoio chinês no final desse período. Segundo o engenheiro agrónomo chinês do consórcio Hubei Lianfeng que gera o centro, *'Este Centro foi construído por Moçambique e pela China. O plano para o desenvolvimento do Centro é de dez anos. Durante três anos, estaremos aqui para iniciar o projecto. Depois, entregaremos o Centro ao Governo moçambicano. Mas, se precisarem que fiquemos e se precisarem de ajuda chinesa para gerir o Centro, tê-la-ão'*.

A escolha de empresas como a Hubei Lianfeng e de institutos de pesquisa para gerir os centros de transferência de tecnologia agrícola em África é vista como uma forma de assegurar a viabilidade dos projectos, dando atenção às condições da economia de mercado e ao papel das empresas (Li Jiali s/d.). Braütigam (2009) destaca também a preocupação de sustentabilidade que subjaz à escolha deste modelo de implementação. Além disso, é uma forma de promover as empresas de agro-negócios chinesas num potencial mercado africano. O mercado global de insumos agrícolas, como sementes melhoradas e sementes híbridas, tem evoluído rapidamente. Apesar das críticas, o uso da biotecnologia vem aumentando. Por exemplo, a área cultivada em todo o mundo com culturas transgénicas aumentou para cerca de 333 milhões de ha em 2009, com cerca de 14 milhões de agricultores, distribuídos por 25 países (Global Industry Analysts, Inc 2010). As principais empresas produtoras de sementes melhoradas são Monsanto, Bayer, Syngenta, entre outras. Hoje, a China é líder global na produção de sementes de arroz híbrido.⁶ Neste contexto, os centros de demonstração agrícola representam uma forma de distribuir e mostrar as sementes chinesas e de colocar a biotecnologia e as empresas chinesas de insumos agrícolas no mercado global, aproveitando o potencial de desenvolvimento da agricultura africana (Braütigam 2009).

No caso concreto de Moçambique, em troca do estabelecimento do CITAU, empresas chinesas estão obtendo certos privilégios na concessão de terras para a realização de actividades agrícolas. São os casos da Lianhe Africa Agriculture Development Co., Limitada, cuja sede funciona no próprio CITAU, e da Moçambique Lianfeng Desenvolvimento de Agricultura Co., Limitada, que, como já se disse, está a desenvolver agricultura na província de Gaza. Aliás, o Protocolo de Cooperação para a implementação do CITAU em Moçambique, refere que 'como forma de suportar a empresa chinesa escolhida para a operação orientada para o mercado, o Governo da República de Moçambique proverá facilidades de investimento e políticas preferenciais para a operacionalização das actividades (MCT 2008)'. É neste sentido que deve ser entendida a história deste 'presente' chinês.

Entretanto, do lado moçambicano, a coordenação das várias instituições públicas interessadas no Centro é mais complexa. O MCT está à frente das negociações e do projecto. Mas, como o Centro está relacionado com tecnologia agrícola, o MINAG e o IIAM têm a seu cargo a implementação (MCT 2007). Embora o Memorando de entendimento para implementação do CITAU afirmasse que, para além de coordenar, o MINAG e o IIAM, juntamente com o governo do distrito de Boane, seriam responsáveis por assumir os compromissos com os chineses, estas instituições sempre tiveram um papel marginal no processo.

A ausência de clareza sobre as funções e responsabilidades de cada uma das instituições do lado moçambicano tem criado inércia e confusão, como se pode constatar na seguinte afirmação de um engenheiro agrónomo do IIAM: *'A grande questão é saber que instituição vai coordenar o Centro. Será o MINAG ou o MCT? Ambos os ministérios querem o Centro. Acho que podemos trabalhar juntos, porque, entre técnicos, nos entendemos uns aos outros. Para mim, é possível a administração em comum. Mas a cooperação política é diferente e não funciona dessa maneira'*.⁷ Ainda segundo o engenheiro agrónomo do IIAM-Maputo encarregado da cooperação com o MCT, *'Esta disputa é o resultado de um desentendimento entre o Ministro da Agricultura e o Ministro da Ciência e Tecnologia. Então, estamos a ver se resolvemos a questão da gestão do Centro'*.⁸ Sobre a divergência política entre os dois ministérios, o Director Nacional dos Serviços Agrários do MINAG declarou: *'Ouvi falar dessa disputa entre os dois ministérios. Acho difícil de acreditar, considerando que estamos a falar de duas instituições que fazem parte do Estado moçambicano. Mas acho que o que está no centro da confusão é a busca de influência política e de reconhecimento pelos dois ministros, através da responsabilidade de coordenação de um projecto com a China'*.⁹ De facto, o MCT tem atribuições gerais e tende a participar em sectores de outros ministérios, neste caso na área da agricultura.

As dificuldades de coordenação do lado moçambicano criam obstáculos ao desenvolvimento do projecto. Podem observar-se duas consequências. Em primeiro lugar, o sentimento de ignorância relativamente aos objectivos e às estratégias para o Centro, ilustrado por diversos depoimentos de técnicos do IIAM que visitaram o Centro de agro-tecnologia. Por exemplo, um dos técnicos do IIAM-Maputo disse: *'Acho que o maior problema é a falta de clareza e de transparência em relação a esse Centro. Há uma falta de clareza por parte dos ministérios moçambicanos e das autoridades chinesas. Na realidade, não sabemos quem tem de fazer o quê. Eu só sei que tenho de lá ir, ver o que se passa para depois escrever um relatório'*.¹⁰ Tendo em consideração os objectivos do Centro já aqui realçados, poderíamos imaginar que o IIAM, enquanto centro nacional de pesquisa agrária, teria um papel mais activo. Mas o IIAM é um órgão dependente do MINAG e, assim, o seu papel na gestão do Centro só pode ser limitado. Em segundo lugar,

o Centro ainda não foi aprovado pelo Conselho de Ministros, pelo que ‘não está a funcionar legalmente’,¹¹ pelo que se coloca a questão de como está a funcionar.

A equipa chinesa que trabalha actualmente no Centro chegou em Novembro de 2011 e é composta por quatro homens e uma mulher. Os quatro homens são trabalhadores do consórcio Hubei Lianfeng na China e planeiam ficar em Moçambique três anos. O gestor e chefe da equipa têm cerca de 40 anos e possui experiência na área de agricultura. O responsável da contabilidade, mais jovem, é o único que fala um pouco de inglês¹². Finalmente, os outros dois homens são técnicos agrícolas. A mulher é a esposa de um dos trabalhadores e cabem-lhe as tarefas da cozinha e da limpeza. Além disso, há 15 trabalhadores moçambicanos contratados ao dia (o número varia diariamente consoante a quantidade de trabalho).

O CITAU está ainda numa fase inicial de testagem das diversas variedades chinesas e moçambicanas. Os campos de demonstração e de produção ocupam uma superfície total de 35 ha para produção e demonstração de arroz híbrido e de milho, além de variedades de feijão e de legumes como alface, tomate, beringela, pimentos, etc. Os primeiros resultados da produção são os seguintes:

Tabela 2 Produção do CITAU

Produto	Variedades chinesas	t/ha	Variedades moçambicanas	t/ha
Tomate	Aeyouhongshuai	45	HTX	20
Pimento	Eshu108	52,5	Gloria	18
Alface	Xiauiwang3	30	Great Lakes	8
Arroz	Lianfenghanyou	6	Limpopo, IR64 e ITA312	3
Milho	HuayuShao	6	Matuba, Pan64	4

Fonte: MCT (2012)

A produção é usada para consumo do próprio CITAU e para subsistência dos trabalhadores chineses, sendo os excedentes vendidos em frente ao Centro ou no mercado de Boane, segundo afirma um jovem que lá trabalha: ‘Os alimentos são vendidos a preços mais baixos que os do mercado. Por exemplo, o feijão é vendido a 30 MT/quilo no Centro e a 35 MT/quilo no mercado’.¹³ O gestor do Centro diz: ‘Não podemos consumir tudo o que produzimos, por isso, temos que vender os excedentes. E temos que vendê-los baratos, porque a população aqui é muito pobre, e não tem meios suficientes para pagar mais’.¹⁴ O engenheiro do MCT, por seu lado, tem outra explicação para os baixos preços: ‘A população não conhece as variedades chinesas que estão a ser testadas no centro e não está habituada a elas. Como as pessoas não conheciam, não compravam ou pediam preços mais baixos. Mas isso não é problema para os chineses, porque os seus custos de produção são muito baixos. Por exemplo, aqui no centro, não pagam a terra, nem a electricidade nem a água. E importam todas as sementes e todos os insumos agrícolas sem pagarem qualquer imposto’.¹⁵

Os altos níveis de produtividade e os baixos preços de produção são incentivos para cooperar com a China para o desenvolvimento da agricultura. Mas, sendo o Centro resultado de uma combinação de ajuda ao desenvolvimento e de negócio, põe-se a questão de combinar um negócio lucrativo com a ajuda ao desenvolvimento ou com a transferência de tecnologias. Devem ainda pôr-se questões sobre o modo como aquela produção pode ser articulada com a produção local, se irá substituir ou competir com os produtos dos agricultores locais. Em Boane, como já vimos, a base da produção agrícola é a agricultura familiar. Os produtores locais estão todos organizados em associações por sistema de irrigação (há cerca de 30 associações de produtores), mas não há divisão do trabalho nem produção comum nessas associações. O que acontece é que *'quando não têm produtos para vender, vão ao Centro e compram a baixo preço. Depois vendem os produtos no mercado de Boane a um preço mais elevado'*.¹⁶

Até ao momento da elaboração do presente estudo, as actividades de investigação e formação ainda não tinham começado. 'O nosso trabalho consiste em preparar os campos e as culturas antes da chegada dos especialistas chineses que farão as pesquisas',¹⁷ diz o gestor do CITAU. Prevê-se que em Março de 2012 cheguem 15 especialistas chineses para que possa começar a vertente de formação. Os primeiros beneficiários serão 25 produtores locais dos sistemas de irrigação de Massaca e de Manguiza (distrito de Boane) (MCT, 2012), que serão escolhidos em colaboração com o IIAM, segundo o engenheiro do MCT. 'Este Centro é uma unidade de formação e, primeiro, temos de fazer algumas experiências para escolher as melhores sementes e as melhores técnicas e depois assegurar a produção. Depois, o MCT tem de trazer as pessoas de Maputo, Nampula e de todo o país, pessoas do Governo, estudantes, produtores, todos podem cá vir e aprender'.¹⁸

Segundo o MTC, com vista a assegurar a transferência de tecnologias, prevê-se que cada produtor que beneficie das actividades de formação receba um *kit* de sementes e insumos. O engenheiro do MCT afirma: 'Por exemplo, contactámos os chineses para ver se era possível dispensarem-nos um pouco da cobertura plástica do solo que eles usam, para darmos aos nossos produtores incluída nesses kits, porque os chineses importam esse plástico em grandes quantidades'.¹⁹

Ainda é cedo para tirar conclusões sobre o funcionamento do Centro e será necessário esperar alguns anos para ver como evolui e se este modelo se revela eficiente e sustentável. Em qualquer caso, as organizações nele envolvidas representam os interesses políticos e económicos das autoridades públicas moçambicanas e chinesas, assim como do sector privado chinês, por trás deste Centro. Porém, como se ilustrará na próxima secção, as importantes motivações a um nível superior não se traduzem numa boa execução no terreno.

Relações laborais e barreiras linguísticas

As opiniões sob o compromisso chinês com o desenvolvimento de Moçambique e da África são diversas. Diferentemente do entusiasmo indifarçável das elites políticas, a opinião dos burocratas é mais cautelosa. Por exemplo, entre os técnicos agrícolas moçambicanos e chineses que participam directamente no desenvolvimento do CITAU, há dificuldades de relacionamento entre moçambicanos e chineses, exacerbadas pela barreira linguística. Tal pode ser ilustrado através de exemplos concretos das dificuldades em estabelecer boas relações de trabalho, com confiança, entre a equipa chinesa e os trabalhadores ou técnicos agrícolas moçambicanos.

Como foi já referido, no CITAU há 15 trabalhadores moçambicanos contratados ao dia. Este número muda diariamente, conforme as necessidades diárias de mão-de-obra. No dia da primeira visita ao Centro efectuada pelos autores deste artigo, havia 13 trabalhadores nos campos, quatro ou cinco dos quais eram mulheres. Trabalhadores moçambicanos e especialistas do IIAM queixam-se das más condições de trabalho, inexistência de contratos e de baixos salários. Há que dizer que as queixas e as condições de trabalho não são específicas do CITAU nem dos projectos chineses em Moçambique. Mas, de certa forma, a distância cultural entre chineses e moçambicanos, e os boatos²⁰ sobre os chineses alimentam as críticas.

Em relação à ausência de contratos, um dos trabalhadores ao dia ressaltou, nas suas afirmações, a total incerteza de continuidade daquele trabalho, apesar dos esforços feitos junto da gerência do projecto: *'Não sabemos se vamos ter trabalho no dia seguinte, porque não temos contratos. Trabalho aqui há três anos, eles já me conhecem e eu conheço-os a eles (os chineses). Mas nada é certo. No ano passado, queixámo-nos ao Ministério do Trabalho. O antigo gestor prometeu-nos então que, se a produção aumentasse, a empresa daria mais dinheiro e teríamos contratos de trabalho. A produção aumentou, mas mudaram o gestor em Novembro de 2011 e agora o novo gestor não quer fazer contratos nenhuns'*²¹ Por seu lado, o gestor chinês justificou a ausência de contratos pelo facto de o trabalho ser sazonal: *'O trabalho no campo é assim. É sazonal. Então, não podemos contratar pessoas; depende da produção. Não há contratos'*²² Embora não seja específica dos investimentos chineses em Moçambique, a mesma situação foi constatada no projecto de construção da estrada Xai-Xai e Chissibucu entregue a outra empresa chinesa (ver artigo de Morten Nielsen neste volume).

Os salários variam entre cerca de 70 e 100 MT por dia (entre 2,55 USD e 3,64 USD) e as mulheres têm geralmente o salário mais baixo. Este nível salarial é quase equivalente ao salário mínimo legal em Moçambique em 2011-2012: no sector público (o maior empregador do país) o salário mínimo diário é de cerca

de 79 MT, correspondentes a 2380 MT por mês, e de cerca de 67 MT diárias na agricultura, correspondentes a 2005 MT por mês (Notícias 2011). A jornada de trabalho começa às 6h30 e termina às 17h30, com um intervalo de duas horas ao meio-dia, não existindo, no entanto, flexibilidade para horário contínuo: *'para mim, o pior é que eles não me deixam continuar a trabalhar durante o intervalo, de modo a poder sair mais cedo para ir à escola que começa às 17h30. Perguntei-lhes se podia continuar a trabalhar mais 30 minutos, para sair 30 minutos mais cedo, mas eles não confiam em nós e, se não há ninguém para supervisionar o que eu faço, não posso continuar a trabalhar'.*²³

Relativamente às condições de trabalho, a principal preocupação dos técnicos do IIAM que trabalham com o Centro é a ausência de protecção dos trabalhadores moçambicanos contra os produtos químicos que usam. Como referem, *'O que mais me impressiona são as condições de trabalho dos moçambicanos. Não têm nenhum equipamento para se proteger quando aplicam as pulverizações. Usam a mesma roupa e não usam nenhuma máscara protectora. É muito perigoso. Tentámos falar com o gestor naquela altura, mas acho que eles não fizeram nada em relação a isso'*.²⁴

A outra questão está relacionada com a falta de confiança e a falta de interacção entre as partes. Por exemplo, os trabalhadores moçambicanos entrevistados estão de acordo quanto ao facto de os chineses não confiarem neles. No caso do CITAU, alguns episódios de roubos exacerbaram a desconfiança. A maior parte dos roubos diz respeito a materiais de construção ou a uma parte da colheita, mas, no ano passado, foram roubados um computador e uma televisão.²⁵ Eis o ponto de vista do director do CITAU: *'Os ladrões são os trabalhadores que aqui temos, porque isto aqui é seguro, por isso quem mais nos vai roubar alguma coisa? Há muitos ladrões em Moçambique. Então, de cada vez que isso acontece, contactamos a nossa embaixada'*.²⁶ O engenheiro do MCT explicou-nos o seguinte: *'Os primeiros roubos deram-se durante a fase de construção e até tivemos de pedir financiamento extra para os cobrir. Foram 100.000 MT (3.647 USD). Dadas as circunstâncias, achámos que os chineses deviam ter guardas. Mas, quando os roubos recomeçaram, os chineses culparam os guardas'*.²⁷

Estas diferenças e circunstâncias afectam as relações entre os trabalhadores moçambicanos e as equipas chinesas. Além disso, os chineses consideram que os moçambicanos não estão interessados em aprender: *'Nunca vão aos campos de variedades chinesas; não estão interessados em aprender'*.²⁸ Mas como criar confiança, quando não há comunicação?

A barreira linguística na interacção com os moçambicanos não é específica dos chineses, mas à diferença de outros agentes de cooperação internacional, no caso da China agudiza-se, por de um lado, haver poucos moçambicanos falantes do mandarim e, por outro lado, pelo facto de a maior parte dos elementos que

compõem as equipas chinesas enviadas para Moçambique não falarem nem português, nem inglês.²⁹ Assim, o facto de nenhum dos cinco chineses que trabalham no CITAU falar português contribui para a distância, incompreensão, ignorância e falta de comunicação entre os chineses e os moçambicanos. De entre os cinco chineses, apenas um (o contabilista) fala inglês, de nível muito básico, desempenhando por esta razão, o papel de ‘tradutor oficial’.

A barreira da língua não afecta apenas as relações com os trabalhadores, mas também dificulta a cooperação e intercâmbio técnicos. Sobre os constrangimentos originados pelas dificuldades de comunicação, o testemunho de uma funcionária do IAAM, encarregue de ser o elo de ligação entre esta instituição e o CITAU, é bastante revelador: *‘Eu não comprehendo nada do que ele diz [o tradutor chinês]. E ele mal me comprehende. Não quero dizer que eu fale um inglês perfeito ou que ele não fale nada de inglês. Estou só a dizer que a comunicação é muito difícil’*.³⁰

Os funcionários do MCT e do MINAG recorrem aos moçambicanos que trabalham no CITAU, que mesmo sem falar correctamente mandarim, servem de elo de ligação. ‘... Quando lá vamos, falamos principalmente com os moçambicanos que lá trabalham. Há dois que lá estão há muito tempo e já se habituaram a compreender os chineses. E, quando queremos explicar alguma coisa ou dar o nosso conselho técnico, vamos aos campos e mostramos-lhes’. E continua: ‘Desde o início do cultivo que tiveram problemas com a praga de lagarta mineira. O repolho e feijão foram atacados e estava a espalhar-se a outras culturas. Havia um chinês que se tornou nosso amigo, era muito simpático e estava muito interessado em aprender português. Dissemos-lhe que ele tinha de comprar Zibemetrina em Maputo, e ele disse ao chefe dele. Mas o chefe dele não quis comprar o produto químico. Esperaram dois meses até receberem a Zibemetrina e perderam toda a colheita de feijão. Eu acho que eles não confiam nos nossos conhecimentos.’³¹

Outro exemplo de que há percepções divergentes sobre como se deve proceder diz respeito às pulverizações. Em relação a esta questão, os técnicos do IIAM têm dúvidas sobre o conhecimento e as capacidades dos especialistas chineses. ‘Não respeitam o prazo de segurança após as pulverizações. Deviam esperar sete dias antes da colheita. O director diz que é especialista de agricultura, mas, se faz isso, acho que há qualquer coisa que não está bem’.³² Estas experiências e exemplos mostram como há falta de confiança entre os técnicos chineses e moçambicanos trabalhando no Centro, mesmo em termos de conhecimentos. A falta de comunicação e de intercâmbio de experiências entre os actores dificulta a aproximação entre as duas partes e até a própria transferência de tecnologia, que era o objectivo da constituição do Centro.

Entretanto, por muito que o panorama da cooperação pareça negativo à primeira vista, há, contudo, aspectos positivos, reconhecendo-se as técnicas, produtividade

e eficiência chinesas. Salienta-se alguns aspectos através do testemunho de um especialista do IIAM da Estação Agrícola de Umbelúzi: *'as técnicas agrícolas são realmente boas. Estou impressionado com os sistemas de irrigação que eles instalaram. A maior parte da produção é irrigada por gravidade, mas eles também têm um sistema de gotejamento que permite um melhor controlo da água. Eu já tinha visto esses tipos de sistemas de irrigação, mas é interessante ver como eles os implementam'.* Há também reconhecimento, por parte dos moçambicanos, da capacidade de trabalho dos chineses e da constante supervisão, como dois aspectos importantes do seu modo de trabalhar: *'Uma das vantagens que os chineses têm no terreno é a eficiência. Por exemplo, para três trabalhadores, os moçambicanos têm três camas; mas os chineses, para três trabalhadores, só têm duas camas. Então, está sempre alguém a trabalhar. Na agricultura, é bom trabalhar desta maneira. O patrão chinês está sempre no terreno, para se assegurar de que as coisas são feitas. O patrão moçambicano, pelo contrário, daria ordens sem sair de casa.'*

Identificou-se ainda a diferença de abordagem da cooperação dos chineses como um aspecto positivo. Um engenheiro do MCT declarou que apesar de todos os constrangimentos e, contrariamente aos europeus, os chineses estão interessados em desenvolver a África, tendo demonstrado isso no pouco tempo em que estão em Moçambique: *'Os chineses têm outro ponto de vista. Estão interessados no negócio e são mais duros. Porque não? São diferentes dos europeus ou dos americanos, que aqui estão há mais de 30 anos e África continua a não se desenvolver. Eles não querem que África se desenvolva.'*

Conclusão

A forma como os centros agrícolas foram anunciados por Hu Jintao na cimeira do FOCAC mostra a sua importância política, económica e simbólica. Os centros podem ser entendidos como instrumentos políticos para provar o verdadeiro empenho da China no desenvolvimento económico e agrícola de África. Contudo, além das considerações de ordem política, as motivações económicas são também fundamentais. Como diz Braütingam (2009), as ambições globais chinesas, de aproveitar o potencial do desenvolvimento de um mercado africano de insumos agrícolas, estão traduzidas nos centros agrícolas, porque estes podem ser vistos como uma forma de criar oportunidades de investimento e mercado para as empresas chinesas de agro-tecnologia.

Neste contexto, quis-se mostrar, através do exemplo do CITAU, o processo de consolidação desta oferta, para se ter uma imagem da implementação desses centros. Apesar das importantes motivações políticas e económicas, o desenvolvimento do

Centro depara-se com alguns obstáculos, como seja a disputa entre o MINAG e o MCT relativamente ao seu controlo. Essa disputa revela a importância política de ter um projecto chinês sob a sua alçada para os dois ministérios. Ainda mais importante, essa disputa é exemplo de um dos vários obstáculos locais que se colocam e que os chineses terão de enfrentar em África. Em primeiro lugar, há as dificuldades em legalizar o CITAU. Em segundo lugar, a falta de coordenação das autoridades moçambicanas cria confusão entre os técnicos e especialistas agrícolas que nele participam. A sustentabilidade e a evolução do CITAU não dependem apenas das capacidades chinesas, mas também das competências moçambicanas para gerir o projecto após o período inicial.

A confusão política não é o único obstáculo que os chineses têm de enfrentar quando se lançam na agricultura em África. Há também barreiras linguísticas e culturais, que exacerbam a distância e dificultam a interacção entre os chineses e seus parceiros africanos. Na verdade, é questionável como se pode fazer transferência de tecnologias sem comunicação. No entanto, como já referido, é demasiado cedo para tirar conclusões e temos que aguardar que cheguem os especialistas e se iniciem os cursos, para avaliar os termos reais da interacção. Como foi afirmado por um moçambicano: 'Nós e a China estamos agora a conhecer-nos um ao outro. Ainda estamos no processo de "namoro".'

Notas

1. Este artigo é resultado de um trabalho de campo realizado em Fevereiro de 2012 em Maputo, no âmbito de um estudo levado a cabo pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa para o Desenvolvimento Agronómico (CIRAD) e Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).
2. Entrevista – Engenheiro do MCT. Maputo, 08 de Fevereiro de 2012.
3. Ibid.
4. Ibid.
5. Ibid.
6. Em 1974, Yuan Longping desenvolveu o arroz híbrido e ficou conhecido por seu 'pai'. Desde então, a área cultivada de arroz híbrido na China tem aumentado extraordinariamente, tendo passado de 139.000 ha em 1976 para 17.6 milhões ha em 1991. Para mais detalhes ver, *Hybrid Rice India* (s/d).
7. Ibid.
8. Entrevista – Engenheiro agrónomo do IIAM. Maputo, 7 de Fevereiro de 2012.
9. Entrevista – Director Nacional dos Serviços Agrários, MINAG. Maputo, 9 de Fevereiro de 2012.
10. Entrevista – Departamento de Transferência de Tecnologia do IIAM. Maputo, 17 de Fevereiro de 2012.
11. Entrevista – Engenheiro do MCT. Maputo, 8 de Fevereiro de 2012.
12. Entrevista – Técnico da Estação Agrária de Umbelúzi. Matola 18 de Fevereiro de 2012.
13. Entrevista – Trabalhador ao dia, Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 2 de Fevereiro de 2012.
14. Entrevista – Engenheiro agrónomo da Hubei Lianfeng, gestor do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 16 de Fevereiro de 2012.
15. Entrevista – Engenheiro do MCT. Maputo, 8 de Fevereiro de 2012.
16. Entrevista – Técnico da Estação Agrária de Umbelúzi. Matola, 18 de Fevereiro de 2012.
17. Entrevista – Engenheiro agrónomo da Hubei Lianfeng, gestor do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 2 de Fevereiro de 2012.
18. Entrevista – Engenheiro agrónomo da Hubei Lianfeng, gestor do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 2 de Fevereiro de 2012.
19. Entrevista – Engenheiro do MCT. Maputo, 8 de Fevereiro de 2012.
20. Em relação aos investimentos chineses no sector agrícola em Moçambique, têm circulado rumores importantes de acaparamento de terras. O caso mais significativo foi a informação circulada por Loro Horta (2008) sobre a aquisição de terras pelos chineses no vale do Zambeze para o cultivo de arroz destinado ao mercado chinês. Deborah Brautigam (2012), no seu blog 'China in Africa: The real story' desmente as afirmações de Loro Horta. Durante o nosso trabalho de campo, não foi possível confirmar as afirmações de Loro Horta.
21. Entrevista – Trabalhador ao dia do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 2 de Fevereiro de 2012.
22. Entrevista – Engenheiro agrónomo da Hubei Lianfeng, gestor do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 16 de Fevereiro de 2012.
23. Ibid.
24. Entrevista – Departamento de Transferência de Tecnologias do IIAM-Maputo. Maputo, 17 de Fevereiro de 2012.
25. Ibid.
26. Ibid.

27. Entrevista – Engenheiro do MCT. Maputo, 8 de Fevereiro de 2012.
28. Entrevista – Contabilista do Centro de Demonstração Agrícola de Boane. Boane, 2 de Fevereiro de 2012.
29. Embora não esteja especificamente relacionado com a China, este exemplo pode ilustrar o argumento. Por exemplo, nas entrevistas a autoridades moçambicanas e a diversos actores da cooperação internacional sobre projectos brasileiros na área da agricultura, o facto de o Brasil ser um país de expressão portuguesa foi avançado como uma vantagem.
30. Entrevista – Técnica da Estação Agrária de Umbeluzi. Matola, 18 de Fevereiro de 2012.
31. Entrevista – Departamento de Transferência de Tecnologias do IIAM, Maputo, 17 de Fevereiro de 2012.
32. Ibid.

Referências

- African Agriculture Technology Foundation. (2009). *Study on the Relevance of Chinese Agricultural Technologies to African Smallholder Farmers*, disponível em: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2009/11/AATF-China-Africa-Agriculture-Report.pdf> (acedido a 14 de Maio de 2012).
- AIM. (2011). *Centro de investigação agrária de Boane vai impulsionar produção agrícola*, 6 de Janeiro, disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/agricultura/janeiro-2001/centro-de-investigacao-agraria-de-boane-vai-impulsionar-producao-agricola/> (acedido a 9 de Junho de 2012).
- Boletim do IIAM. (2009). *EAU. 100 Anos na Vanguarda da Pesquisa Agrária em Moçambique*, Maputo, MINAG.
- Braütigam, D. & Xiaoyang, T. (2009). 'China's Engagement in Africa Agriculture: Down to the Countryside', *The China Quarterly*, 199, p. 686-706.
- Braütigam, D. (2009). *The Dragon's Gift: the real story of China in Africa*, Oxford, Oxford University Press.
- . (2012). 'The Zambezi Valley: China's First Agricultural Colony? Fiction or Fact?', *China in Africa: the real story* [blog], 12 de Janeiro de 2012, disponível em: <http://www.chinaafricarealstory.com/2012/01/zambezi-valley-chinas-first.html> (acedido a 12 de Maio de 2012).
- Gabinete de Informação. (2011). *Guebuza visita centro de tecnologias agrárias*, 4 Agosto. Disponível em: <http://www.gabininfo.gov.mz/index.php?start=15>, 11 de Julho (acedido a 10 de Março de 2012).
- Global Industry Analysts, Inc, (2010), *MCP-2146: Surface active agents – a global strategic business report*. Disponível em: <http://www.strategyr.com/pressMCP-4055.asp> (acedido a 7 de Junho de 2012).
- Horta, L. (2008). *The Zambezi Valley: China's First Agricultural Colony?*, disponível em: <http://csis.org/publication/zambezi-valley-chinas-first-agricultural-colony>, 20 de Maio (acedido a 7 de Junho de 2012).
- Hybrid Rice India. (s/d). *Hybrid Rice in China*, disponível em: <http://www.hybridriceindia.org/hechina.htm> (acedido a 10 de Maio de 2012).
- Jiali, L. (s/d). *Sino-Africa Agricultural Cooperation Experience Sharing*, Ministério da Agricultura da República Popular da China, disponível em: <http://www.iprcc.org/userfiles/file/Li%20Jiali-EN.pdf> (acedido a 10 de Maio de 2012).
- MCT. (2007). *Memorando de Entendimento sobre a Visita de uma Missão Chinesa para o Estudo de Viabilidade do Centro de Demonstrações de Tecnologias Agrícolas Chinesas em Moçambique*, Maputo: Ministério de Ciência e Tecnologia.

- _____. (2012). *Plano de Exploração do Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias Agrárias Moçambique-China (CITTAU)*, Maputo: Ministério de Ciência e Tecnologia (15 de Novembro).
- _____. (2002). *Memorando de Entendimento sobre a Cooperação no Domínio da Agricultura entre o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da República de Moçambique e o Ministério da Agricultura da República Popular da China*, Maputo: Ministério da Agricultura.
- _____. (2007). *Memorando de Entendimento sobre a Visita de uma Missão Chinesa para o Estudo de Viabilidade do Centro de Demonstrações de Tecnologias Agrícolas Chinesas em Moçambique*, Maputo: Ministério da Agricultura.
- _____. (2008). *Protocolo de Cooperação entre o Governo de Moçambique e o Governo da República Popular da China para assistência da China no estabelecimento do Centro Piloto de Investigação das Técnicas Agrícolas da China em Moçambique*, Maputo: Ministério da Agricultura.
- MAE. (2005). *Perfil do Distrito de Boane*, Província de Maputo, Maputo: Ministério da Administração Estatal.
- Notícias. (2011). *Com variação entre 2005,00 e 5320,00 MT: Governo anuncia salários mínimos*, Maputo (26 de Abril de 2011).
- Portal do Governo da Província de Maputo. (2011). *Agricultura reforça aposta na tecnologia*, Julho. Disponível em: <http://www.pmaputo.gov.mz/noticias/2010/2011/julho/agricultura-reforca-aposta-na-tecnologia/> (acedido a 10 Março de 2012).